

## SURDEZ: TENDÊNCIAS DE COMUNICAÇÃO E SUAS IMPLICAÇÕES NO ENSINO

*Dayane Rocha de Oliveira (G-UEMS)*  
*Doracina Aparecida de Castro Araujo (UEMS)*

### Resumo

A educação inclusiva tem se deparado com vários pontos de discussão, um deles é a forma de comunicação das pessoas com surdez e sua influência na aprendizagem do aluno no ensino regular. Para ampliar essa discussão objetiva-se apresentar as tendências que norteiam a comunicação de pessoas com surdez (oralismo, comunicação total e bilinguismo), e como essas tendências influenciaram o ensino de pessoas com surdez no processo histórico de atendimento educacional de pessoas surdas. Posteriormente, averiguar a tendência seguida em duas escolas do município de Paranaíba/MS que possuem alunos com surdez. Para isso, optou-se por uma pesquisa bibliográfica apresentando os conceitos que norteiam as tendências de comunicação de pessoas com surdez e suas implicações na educação. As formas de comunicação de pessoas com surdez apresentam uma complexa discussão da comunidade surda com a não-surda. Constatou-se que as mudanças na forma de comunicação ocorreu pela mudança no atendimento à pessoa com deficiência. No que se refere ao espaço escolar se evidencia um contraste entre o ideal difundido atualmente, com a prática aplicada. Portanto, ao se discutir sobre as relações que norteiam a pessoa com surdez no espaço escolar, observa-se que mesmo com as mudanças ocorridas historicamente, o processo de desenvolvimento é lento.

**Palavras-chave:** Processo ensino/aprendizagem. Surdez. Tendências de Comunicação.

### Introdução

Ao discutir as tendências de comunicação para as pessoa com surdez, visamos também estabelecer um paralelo de como estas tendências influenciaram no ensino de pessoas com surdez. Já que “estudar a educação escolar das pessoas com surdez nos reporta não só as questões referentes aos seus limites e possibilidades, como também aos preconceitos existentes nas atitudes da sociedade para com elas” (DAMÁZIO, 2007, p.13), pois ao analisar essas tendências sobre o ponto de vista histórico observamos preconceitos em relação a esse público. Inicialmente a sociedade tinha uma ideia negativa da surdez, enfatizando sempre os seus aspectos negativos.

A educação escolar dos surdos esteve por muito tempo pautada sobre a ótica da comunidade ouvinte, tentando impor valores, saberes, que não estavam vinculados com a identidade da cultura surda. De acordo com Zych (2003, p. 122) por “décadas permaneceu subjugada a uma ideologia determinista e castradora”, isso nos leva a refletir que nossa sociedade atua de uma forma manipuladora para adequar os que não estão em seu padrão de normalidade.

O intuito dessa pesquisa é compreender de que forma no transcorrer dos tempos as ideologias de comunicações tem interferido nas abordagens e métodos para a educação dos alunos com surdez, já que

[...] ter conhecimento sobre a história, bem como sobre as filosofias e métodos educacionais criados para os alunos com surdez, permite a compreensão da relação existente entre o comprometimento lingüístico dessa população, a qualidade das suas interações interpessoais e o seu desenvolvimento cognitivo. A história serve de suporte para que seja feita uma análise crítica das conseqüências de cada filosofia ou

An. Sciencult	Paranaíba	v. 2	n. 1	p. 117-124	2010
---------------	-----------	------	------	------------	------

método de ensino no desenvolvimento destas crianças, contextualizando as práticas vigentes (POKER, 2007, p. 01).

Esse conhecimento histórico nos dará embasamento para investigar a realidade do município de Paranaíba/MS frente às tendências educacionais para a educação da pessoa com surdez. A escolha se deu por duas escolas que possuem alunos com surdez, com intuito de conhecer qual a tendência é acompanhada na sala de aula, e se essas escolas compartilham das mudanças conceituais. Pois a educação deve ser “vista como fenômeno de vital importância para o desenvolvimento individual e participação na vida social, veicula o saber construído, que tem como objetivo precípua levar as pessoas a apropriar-se de um tipo de fazer elaborado” (ZYCH, 2003, p. 122), acompanhando, portanto as mudanças históricas.

E por ser a educação uma das principais áreas que valida a formação de conceitos científicos, valores e ações críticas, que as transformações conceituais devem ser evidenciadas, por isso a importância de conhecer de que forma a mudança está acontecendo no espaço escolar, já que uma das maiores discussões atuais é promover ações que promovam o crescimento do saber; o melhoramento do saber fazer, o amadurecimento do saber ser (ARDOÍNO apud ZYCH, 2003, p. 122), ou seja, promover possibilidade de ser um sujeito social participativo.

### **1. Aspectos históricos das tendências de comunicação das pessoas com surdez**

Na antiguidade os surdos foram percebidos de diversas formas: com piedade e compaixão, como pessoas castigadas pelos deuses ou como pessoas enfeitiçadas. Sendo desta forma, abandonados ou sacrificados. A crença de que a pessoa com surdez era uma pessoa primitiva fez com que se persistisse até o século XVI a ideia de que ele não poderia ser educado. Sendo assim, tais pessoas viviam totalmente à margem da sociedade e não tinham nenhum direito assegurado. Só a partir do século XVI é que se têm notícias dos primeiros educadores de pessoas com surdez (GOLDIFELD apud POKER, 2007).

Contudo, na época essas atividades eram mantidas em segredo e a forma com que se conduzia o trabalho ficava a encargo de quem trabalhava com os surdos, e os mesmos não dividiam suas experiências com ninguém. O professor que ensinava os surdos adotava as estratégias conforme suas próprias concepções, o objetivo de se ensinar às pessoas surdas, se dava porque as “famílias nobres e influentes que tinham um filho surdo contratavam os serviços de professores/preceptores para que ele não ficasse privado da fala e conseqüentemente dos direitos legais, que eram subtraídos daqueles que não falavam” (LACERDA, 1998, p. 3).

Nas primeiras tentativas de educar o surdo, a atenção era dada à aquisição da fala e também a língua escrita, assim,

Os alfabetos digitais eram amplamente utilizados. Eles eram inventados pelos próprios professores, porque se argumentava que se o surdo não podia ouvir a língua falada, então ele podia lê-la com os olhos. Falava-se da capacidade do surdo em correlacionar as palavras escritas com os conceitos diretamente, sem necessitar da fala. Muitos professores de surdos iniciavam o ensinamento de seus alunos através da leitura-escrita e, partindo daí, instrumentalizavam-se diferentes técnicas para desenvolver outras habilidades, tais como leitura labial e articulação das palavras. (LACERDA, 1998, p. 03).

De acordo com Goldifeld (apud POKER, 2007), no século dezesseis, na Espanha, o monge beneditino Pedro Ponce de Leon desenvolveu uma metodologia de educação para crianças com surdez que incluía datilologia (representação manual das letras do alfabeto),

An. Sciencult	Paranaíba	v. 2	n. 1	p. 117-124	2010
---------------	-----------	------	------	------------	------

escrita e oralização, e criou uma escola de professores de surdos. Em 1620, Juan Martin Pablo Bonet publicou, também na Espanha, um livro que tratava do alfabeto manual de Ponce de Leon. Posteriormente em 1750, na França, surge o Abade Charles Michel de L'Épée que aprendeu com as pessoas surdas a língua de sinais criando os "Sinais Metódicos".

Neste período pode-se destacar não apenas as abordagens que envolviam os sinais, também havia os estudos de pessoas dentro da filosofia oralista, que criticavam os métodos com sinais, e que desenvolviam outro modo de trabalhar com os surdos, como por exemplo, Heinicke, na Alemanha, ele defendia o ideal que “[...] o pensamento só é possível por meio da língua oral, e depende dela. A língua escrita teria uma importância secundária, devendo seguir a língua oral e não precedê-la. O ensinamento por meio da linguagem de sinais significava ir ao contrário do avanço dos alunos” (MOORES apud LACERDA, 1998, p. 06).

Um dado importante sobre o ensino de pessoas com surdez é que em 1817 Thomas Hopkins Gallaudet, junto com Laurent Clerc, fundou a primeira escola permanente para alunos com surdez nos EUA, que utilizava como forma de comunicação o francês sinalizado, adaptado para o inglês. Contudo esse grande avanço da comunicação da língua de sinais foi perdendo espaço a partir de 1860, com os avanços tecnológicos e os estudos sobre a aprendizagem da fala foram tomando espaço. O mais importante defensor do oralismo foi Alexander Graham Bell, que exerceu grande importância na votação do II Congresso Internacional em relação ao surdo (POKER, 2007).

Em 1880, foi realizado o II Congresso Internacional, em Milão, que trouxe uma completa mudança nos rumos da educação de surdos e, justamente por isso, ele é considerado um marco histórico. O congresso foi preparado por uma maioria oralista com o firme propósito de dar força de lei às suas proposições no que dizia respeito à surdez e à educação de surdos. O método alemão vinha ganhando cada vez mais adeptos e estendendo-se progressivamente para a maioria dos países europeus, acompanhando o destaque político da Alemanha no quadro internacional da época. (LACERDA, 1998, p. 06).

Nesse congresso o marco maior foi à aprovação do uso exclusivo da metodologia oralista, e a abolição da linguagem de sinais. A defesa do oralismo fundamentada no fato de se acreditar que o uso de gestos e sinais desviasse o surdo da aprendizagem da língua oral. Essas decisões tomadas no Congresso de Milão, fizeram com que a linguagem gestual fosse praticamente banida como forma de comunicação a ser utilizada por pessoas surdas no trabalho educacional. Um detalhe importante é que os professores surdos não puderam votar, uma marca clara da imposição da comunidade ouvinte sobre a comunidade surda.

Nada de realmente importante aconteceu em relação ao oralismo até o início dos anos 50, com as novas descobertas técnicas e a possibilidade de se utilizar a prótese, em promover que as crianças surdas muito pequenas usassem algumas estratégias de oralização. Dando um novo impulso para a educação voltada para a vocalização. Essas estratégias visavam que a escola pudesse trabalhar sobre aspectos da percepção auditiva e de leitura labial da linguagem falada, surgindo assim um grande número de métodos, dando ensejo a momentos de nova esperança de que, com o uso de próteses, se pudessem educar crianças com surdez grave e profunda a ouvir e, conseqüentemente, a falar (LACERDA, 1998).

Na década de 1960, começaram a surgir estudos sobre as línguas de sinais utilizadas pelas comunidades surdas. Apesar da proibição dos oralistas no uso de gestos e sinais, raramente se encontrava uma escola ou instituição para surdos que não tivesse desenvolvido, às margens do sistema, um modo próprio de comunicação por meio de sinais (TRENCHÉ, apud LACERDA, 1998).

Um dos estudiosos a pesquisar a Língua de Sinais Americana (ASL), foi Stokoe, que constatou que a Língua de Sinais

encontra uma estrutura que, de muitos modos, se assemelha àquela das línguas orais. Argumenta que, assim como da combinação de um número restrito de sons (fonemas) cria-se um número vastíssimo de unidades dotadas de significado (palavras), com a combinação de um número restrito de unidades mínimas na dimensão gestual (queremas) pode-se produzir um grande número de unidades com significados (sinais). Propôs também em sua análise que um sinal pode ser decomposto em três parâmetros básicos: O *lugar* no espaço onde as mãos se movem, a *configuração* da(s) mão(s) ao realizar o sinal e o *movimento* da(s) mão(s) ao realizar o sinal, sendo estes então os "traços distintivos" dos sinais. (apud LACERDA, 1998, p. 07).

Deste modo, o oralismo passa a ser criticada, e surgem novas propostas pedagógica-educacionais em relação à educação da pessoa surda, entrando assim, numa nova tendência, isso se deu nos anos 70 e foi chamada comunicação total. Que de acordo com Stewart,

A Comunicação Total é a prática de usar sinais, leitura orofacial, amplificação e alfabeto digital para fornecer *inputs* lingüísticos para estudantes surdos, ao passo que eles podem expressar-se nas modalidades preferidas. O objetivo é fornecer à criança a possibilidade de desenvolver uma comunicação real com seus familiares, professores e coetâneos, para que possa construir seu mundo interno. A oralização não é o objetivo em si da comunicação total, mas uma das áreas trabalhadas para possibilitar a integração social do indivíduo surdo. A comunicação total pode utilizar tanto sinais retirados da língua de sinais usada pela comunidade surda quanto sinais gramaticais modificados e marcadores para elementos presentes na língua falada, mas não na língua de sinais. (apud LACERDA, 1998, p. 10).

O que a comunicação total favoreceu de maneira efetiva foi o contato com sinais, que era proibido pelo oralismo, e esse contato propiciou que os surdos se dispusessem à aprendizagem das línguas de sinais, externamente ao trabalho escolar. Essas línguas são frequentemente usadas entre os alunos, enquanto na relação com o professor é usado um misto de língua oral com sinais. Paralelamente ao desenvolvimento das propostas de comunicação total, estudos sobre línguas de sinais foram se tornando cada vez mais estruturados e com eles foram surgindo também alternativas educacionais orientadas para uma educação bilíngue. Em que o foco dessa proposta está em defender que a língua de sinais é a língua natural dos surdos, que, mesmo sem ouvir, podem desenvolver plenamente uma língua viso gestual (LACERDA, 1998).

No que se refere ao âmbito nacional, segundo Goldfield (apud POKER, 2007) a educação das pessoas com surdez teve início em 1857, ao ser fundada a primeira escola especial Rio de Janeiro por um professor surdo francês, Ernest Huet, com o apoio de D. Pedro II. Essa escola tem hoje o nome de Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), que utiliza a língua de sinais. O INES em 1911, seguindo a tendência mundial, passou a assumir a abordagem oralista, mesmo com a resistência dos alunos que continuavam a utilizar de forma proibida a língua de sinais nos corredores e pátios da escola. A comunicação total chega ao Brasil no fim da década de setenta e, na década seguinte começa o bilinguismo, que surge com as pesquisas da Professora linguista Lucinda Ferreira Brito, sobre a Língua Brasileira de Sinais.

Após o levantamento das mudanças históricas em torno das tendências de comunicação dos surdos, se faz necessário compreender suas implicações conceituais, sobre o oralismo, a comunicação total e o bilinguismo, que serão apresentados no tópico a seguir.

## 2. Conceituando as tendências de comunicação

### 2.1 Oralismo

O oralismo ou filosofia oralista visa à integração da criança com surdez na comunidade de ouvintes, dando-lhe condições de desenvolver a língua oral. Para alguns defensores desta filosofia, a linguagem restringe-se à língua oral sendo por isso mesmo esta, a única forma de comunicação dos surdos. Acreditam que para a criança surda se comunicar é necessário que ela saiba oralizar. O oralismo concebe a surdez como uma deficiência que deve ser minimizada por meio da estimulação auditiva que possibilitaria a aprendizagem da língua portuguesa e levaria a criança surda a integrar-se na comunidade ouvinte, desenvolvendo sua personalidade como a de alguém que ouve. “Isto significa que o objetivo do Oralismo é fazer a reabilitação da criança surda em direção à normalidade” (GOLDFIELD apud POKER, 2007, p. 05).

Quando o autor se utiliza da expressão normalidade, vale a ressalva que a tendência oralista se enquadra no paradigma da integração, por acreditar que o sujeito deve se equiparar com a maioria da população, considerando assim a pessoa com surdez inapta a conviver em sociedade, desconsiderando-a como sujeito de possibilidades.

A educação oral requer um esforço total por parte da criança, da família e da escola, já que é um esforço contínuo, e demora um bom tempo. Não pode oferecer qualquer meio de comunicação que não seja a modalidade oral. O oralismo consiste em fazer com que a criança receba a linguagem oral por meio da leitura orofacial e amplificação sonora, enquanto se expressa por meio da fala. Gestos, Língua de Sinais e alfabeto digital são expressamente proibidos (POKER, 2007).

### 2.2 Comunicação Total

Essa filosofia é a da inclusão de modelos auditivos, manuais e orais para assegurar a comunicação eficaz entre as pessoas com surdez tem como principal preocupação os processos comunicativos entre surdos e surdos, e entre surdos e ouvintes. Esta filosofia se preocupa também com a aprendizagem da língua oral pela criança surda, mas acredita que os aspectos cognitivos, emocionais e sociais não devem ser deixados de lado só por causa da aprendizagem da língua oral. Defende assim a utilização de qualquer recurso espaço - visual como facilitador da comunicação. Portanto,

os profissionais que defendem a Comunicação Total concebem o surdo de forma diferente dos oralistas: ele não é visto só como alguém que tem uma patologia que precisa ser eliminada, mas sim como uma pessoa, e a surdez como uma marca que repercute nas relações sociais e no desenvolvimento afetivo e cognitivo dessa pessoa (CICCONE apud POKER, 2007, p. 06).

Nas discussões sobre a inclusão escolar a concepção da comunicação total trás características, que já se enquadram na ótica de respeito às diferenças e de acreditar nas possibilidades do sujeito com necessidades educacionais especiais. A comunicação total acredita que o aprendizado da língua oral não assegura o pleno desenvolvimento da criança surda. Ela defende o bimodalismo, ou seja pode atenuar o bloqueio de comunicação existente entre a criança com surdez e os ouvintes, visando que as crianças não sofram as consequências do isolamento. Tal abordagem compreende que a criança seja exposta ao alfabeto digital, a língua de sinais, a amplificação sonora, ao português sinalizado (POKER, 2007).

### 2.3 Bilinguismo

A educação bilíngue é caracterizada pelo ensino de no mínimo duas línguas, ou seja, a aprendizagem de uma língua será por meio da competência, da habilidade que a pessoa tem em outra língua. Essa educação “visa capacitar à pessoa com surdez para a utilização de duas línguas no cotidiano escolar e na vida social, quais sejam: a língua de Sinais e a Língua da comunidade ouvinte” (DAMÁZIO, 2007, p. 20). Com isso o bilinguismo tem por objetivo o desenvolvimento cognitivo da criança com surdez, para não haver diferença em relação às crianças ouvintes.

Existem duas vertentes dentro da filosofia bilíngue; uma defende que a criança com surdez deve adquirir a língua de sinais e a modalidade oral da língua, o mais precocemente possível, separadamente, posteriormente, a criança deverá ser alfabetizada na língua oficial de seu país. Outra vertente acredita que se deve oferecer num primeiro momento apenas a língua de sinais e, num segundo momento, só a modalidade escrita da língua. A língua oral neste caso fica descartada (POKER, 2007).

A preocupação do bilinguismo é respeitar a autonomia das línguas de sinais organizando-se um plano educacional que respeite a experiência psicossocial e linguística da criança com surdez. Contudo essa tendência vem sendo muito discutida atualmente, mais são poucas ações que observam para efetivação dela no espaço escolar.

### 3. Análise das escolas observadas frente às tendências de comunicação dos surdos

Foram observadas duas escolas do município de Paranaíba/MS que possuem alunos surdos neste ano de 2009. As escolas foram escolhidas por possuir alunos surdos nos anos iniciais do Ensino Fundamental. A partir desse momento o intuito de nossa pesquisa estava em observar e entender qual a concepção filosófica norteava as ações no espaço escolar em torno do ensino da sala que possuía aluno com surdez.

A primeira escola a ser observada foi à escola da rede Municipal de Ensino, no mês de julho de 2009, a respectiva escola tem um aluno com surdez matriculado no 4º ano do Ensino Fundamental, com 13 anos. Observamos a professora regente da sala e também o intérprete que fica com o aluno no período da tarde<sup>1</sup> e observamos algumas ações para identificar que tendência acontecia nessa escola. Primeiramente a professora regente diz que utiliza gestos, e dinamiza as aulas, mais nem sempre é garantia de compreensão, o interprete na sala de aula facilita a comunicação, contudo a professora conhece poucos sinais de LIBRAS. O aluno também não domina ainda a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)<sup>2</sup>, ele usa gestos que usa no seu meio familiar, além de tentar se comunicar com sonorizações vocais. Seu contato com LIBRAS é apenas com o interprete na sala de aula. Ele frequenta o atendimento educacional especializado, apenas no ensino de Língua Portuguesa. Fica evidenciado que LIBRAS e a Língua Portuguesa estão juntas no espaço escolar, no entanto, suas ações não caracterizam de fato uma educação bilíngue. Foi-nos relatado que a ideia futura é que a escola se torne um espaço bilíngue.

Ao analisar a forma de comunicação acontece nessa escola observamos certa confusão com os alunos, as escolas não negam a língua natural da pessoa com surdez, que são os sinais, portanto não se enquadram dentro da tendência oralista. Apesar da escola visar a adequação a tendência bilíngue, as suas ações em relação ao ensino do aluno com surdez se enquadram na

<sup>1</sup> O aluno estuda em uma escola de horário diferenciado, e devido o intérprete auxiliar outro aluno no período da manhã, apenas está com o aluno no período da tarde nos dias de aula.

<sup>2</sup> Optamos pelo uso de Língua Brasileira de Sinais, por ser o termo utilizado pelos estudiosos consultados.

comunicação total pois, a LIBRAS não é considerada a primeira Língua do aluno, e sim um artifício para a comunicação no espaço escolar, além de ter outros sinais e métodos de comunicação. Pois, “[...] a linguagem gestual visual, os textos orais, prática de usar sinais, leitura orofacial, estudantes surdos, ao passo que eles podem expressar-se nas modalidades preferidas” (DAMÁZIO, 2007, p.19).

A segunda escola observada foi uma escola da rede Estadual de Ensino. A escola possui um aluno surdo com 15 anos, matriculado no 3º ano do Ensino Fundamental. A observação se deu no mês de setembro de 2009. O aluno não tem interprete, e ele tem aulas de LIBRAS no atendimento educacional especializado. A professora faz um curso de LIBRAS, a porta de comunicação com o aluno é a LIBRAS, ou seja, a LIBRAS é considerada a primeira língua do aluno, e há o ensino da Língua Portuguesa. Deparamo-nos com a iniciativa de uma proposta bilíngue pois, “[...] quando o professor ouvinte conhece e usa a Língua de Sinais, tem condições de comunicar-se de maneira satisfatória com seu aluno surdo. A introdução da Língua de Sinais no currículo de escolas para surdos é um indício de respeito a sua diferença [...]” (POKER, 2007, p. 10), possibilitando assim um ensino significativo a pessoa com surdez, que valorize sua cultura linguística e de possibilidade de estabelecer relações significativas com a comunidade ouvinte.

## Conclusão

Evidenciamos que a forma de comunicação das pessoas com surdez ao longo do processo histórico vem travando grandes embates sobre a melhor forma de comunicação para os surdos com a comunidade ouvinte. Contudo muito desses embates desconsideram o ponto de vista de promover possibilidades de desenvolvimento aos surdos, mas sim formas de enquadrá-los dentro dos padrões de normalidade vigentes em nossa sociedade excludente.

Outro ponto importante é que as tendências de comunicação de pessoas com surdez, também foram se transformando juntamente com os paradigmas da Educação Especial (institucionalização, integração e inclusão), observamos um avanço social, chegando à discussão atual de que a pessoa com deficiência é um sujeito de potencialidades e habilidades, e cabe possibilitar ações que promovam o desenvolvimento de um sujeito ativo e participativo.

No que se refere às mudanças conceituais na prática vivenciada nas suas escolas pesquisadas no município, há a preocupação de oferecer uma educação de qualidade, mais não basta pensar em ideais e sim promover ações participativas e coletivas que promovam a qualidade na educação e integração desse aluno no meio escolar. Mais sem dúvida nenhuma um dos pontos mais positivos já esta posto, que é a possibilidade de se falar no acesso, no direito, na igualdade de possibilidade e acima de tudo, numa educação que vise à humanização, a valorização do outro, pelas suas possibilidades e não pelas suas limitações.

## Referências

DAMÁZIO, Mirlene Ferreira Macedo. *Atendimento educacional Especializado: pessoa com surdez*. Brasília: MEC/SEESP, 2007.

LACERDA, Cristina B. F. Um pouco da história das diferentes abordagens na educação dos surdos. *Cadernos CEDES*, Campinas, v.19, n.46, p.68-80, set.1998.

POKER, R. B. *Abordagens de ensino na educação da pessoa com surdez*. UNESP, 2007. Disponível em: < [http://www.marilia.unesp.br/Home/Extensao/Libras/mec\\_texto2.pdf](http://www.marilia.unesp.br/Home/Extensao/Libras/mec_texto2.pdf)>. Acesso em: 15 set. 2009.

An. Sciencult	Paranaíba	v. 2	n. 1	p. 117-124	2010
---------------	-----------	------	------	------------	------

QUADROS, R.M. *A educação de surdos: a aquisição da linguagem*. Porto Alegre, RS: Artes Médicas, 1997.

ZYCH, Anízia da Costa. Reflexão sobre a educação escolar dos surdos. *Revista ANALECTA* Guarapuava, Paraná v. 4, n. 2 p. 121-126, ju.1/dez. 2003 Disponível em: <<http://www.unicentro.br/editora/revistas/analecta/v4n2/reflex%E3o.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2009.

An. Sciencult	Paranaíba	v. 2	n. 1	p. 117-124	2010
---------------	-----------	------	------	------------	------